

ETNOGRAFIAS HOJE: 100 ANOS DE ARGONAUTAS DO PACÍFICO OCIDENTAL

ETHNOGRAPHY TODAY: 100 YEARS OF ARGONAUTS OF THE WESTERN PACIFIC

Martina Ahlert*

Karina Biondi**

Alexandre Barbosa Pereira***

1. Apresentação

Em 1922, na Inglaterra, Malinowski (1884-1942) publicava *Argonautas do Pacífico Ocidental*. O campo da antropologia britânica ainda era formado por um conjunto pequeno de profissionais, e a própria percepção da antropologia como área autônoma havia se constituído há poucas décadas, desde o final do século XIX. Esse conjunto ainda reduzido de antropólogos, devedores dos trabalhos que os antecederam, mas também críticos de determinadas perspectivas analíticas estabelecidas, tinha como parte de suas preocupações a delimitação do seu saber como científico (KUPER, 2008). Nesse contexto, o lançamento da

monografia de Malinowski sobre Trobriand é um marco importante para o estabelecimento da etnografia como elemento central à própria definição de antropologia.

Como aposta teórico-metodológica, a etnografia ganhou relevância no início do século XX, como alternativa a modelos de investigação distanciados do contexto e do cotidiano das pessoas e coletivos, analisados pelos então pesquisadores. Surgia se distanciando da chamada “antropologia de varanda” ou “antropologia de gabinete” que marcava a prática dos investigadores – quando a pesquisa de campo dependia “de inquéritos realizados com uns poucos informantes bilíngues ou de questionários aplicados com o auxílio de tradutores”, momento em que

*Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, São Luís, MA, Brasil. E-mail: ahlertmartina@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5735-5441>.

** Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Departamento de Ciências Sociais, São Luís, MA, Brasil. E-mail: ka.biondi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8477-0165>.

*** Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Departamento de Ciências Sociais. São Paulo, SP, Brasil. E-mail: abpereira@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3977-1171>.



a “observação direta do comportamento era breve e superficial” (DURHAM, 2018, p. 23). Era também momento em que a escrita, não raro, era realizada a partir de fontes secundárias, como os relatos de administradores coloniais, viajantes e missionários.

Passados 100 anos desse acontecimento, o contexto no qual a antropologia (ou as antropologias) são feitas se transformou de maneira significativa, ao menos institucional e geograficamente. Rever *Argonautas* nesse cenário é um convite para uma homenagem, para a rememoração ou destaque de pontos que se apagaram com o passar do tempo, mas também uma invitation para pensarmos em perspectivas que incitem desdobramentos da obra e, como sugerem Borges *et al.* neste Dossiê, para imaginarmos o futuro de uma antropologia à qual queremos nos dedicar. É nesse sentido que, em comemoração aos 100 anos da publicação do livro, o Dossiê *EtnografiaS hoje: 100 anos de Argonautas do Pacífico Ocidental* propõe uma discussão sobre etnografia na contemporaneidade.

A intenção de reunir textos em torno desse tema teve, na chamada do Dossiê, dois eixos. Por um lado, pretendíamos indicar a resiliência da etnografia (ou a sua “persistência”, de acordo com um dos artigos deste Dossiê, escrito por Toledo e Costa), uma vez que – a despeito das diversas transformações que marcaram as últimas décadas e que deslocaram olhares, perspectivas e saberes –, algo parece garantir sentido à ideia de que a convivência e a interação são parte fundamental da produção de conhecimento sobre modos, formas de viver e se relacionar socialmente. Por outro lado, buscávamos ainda dar atenção às muitas reflexões a respeito do que é etnografia, das relações de poder que se subjazem a ela, de seu papel na prática antro-

pológica, de sua relação com trabalho de campo, entre outros debates, que se sucederam ao longo do último século.

Em relação ao primeiro eixo, quando pensamos na persistência da etnografia nesses últimos 100 anos, verificamos várias extensões do seu entendimento, que acompanham mudanças na própria concepção de antropologia. É dessa maneira que podemos lançar mão do termo para pensar a relação entre documentos e papéis, os cenários como sistemas mundiais e ambientes virtuais ou *online*, a relação com entidades intangíveis enquanto sujeitos de pesquisa ou com outros fenômenos efêmeros ou intáteis, e ainda os objetos. Nesse sentido, desde que se constituiu como metodologia para o estudo da diferença em monografias sobre ‘povos distantes’, uma ampla gama de atores passou a habitar os textos etnográficos: humanos, espíritos, animais, objetos, documentos. Mesmo o preceito de distância foi superado, e exemplos importantes desse movimento são a Antropologia Urbana e a Antropologia da Ciência.

Na Trobriand estudada por Malinowski (1988), os espíritos chamados de *baloma* (e uma gama de outros seres a eles relacionados) apareciam na interação com os humanos onde “sua presença não é de todo ignorada e sua função não é passiva” (p. 195). Ainda que sob o escopo da ideia de crença e do interesse do autor com a atitude psicológica dos seus interlocutores, ele percebe que os *baloma* eram considerados em diversas atividades no arquipélago. Atualmente, entidades marcam presença em etnografias contemporâneas sob a chave da agência. Como nos lembram Blanes e Espírito Santo (2014), elas são apenas parte de um conjunto de elementos intangíveis que afetam a vida das pessoas – como poderíamos pensar o valor monetário e as leis, por exemplo.

No âmbito dessa discussão, a etnografia dos intangíveis – seres e fenômenos que nem sempre podem ser vistos, confinados ou pegos –, buscaria focar nos efeitos causados por essas presenças (ou mesmo ausências). Pensar como os efeitos existem, indexam e se conectam com a vida social, constituindo narrativas e fazendo parte de histórias pessoais e coletivas, tem interessado aos etnógrafos e estendido abordagens da etnografia (HOLBRAAD, 2008; MELLO, 2016; GODOI; MELLO, 2016; AHLERT; RICKLI, 2019).

Outro deslocamento que retoma e expande elementos da antropologia dos tempos de Malinowski, sob certa abordagem contemporânea, é a circulação dos objetos e as redes de trocas – tema central da etnografia aniversariante, *Argonautas*. Para Appadurai (2008), Malinowski já falava sobre a produtividade de uma abordagem atenta ao movimento dos objetos e à constituição conjunta deles, das casas e das pessoas. A partir do reconhecimento da contribuição do debate suscitado pela análise do Kula, o autor sugere uma nova perspectiva para pensar a “vida social” dos objetos, percebendo que “...embora de um ponto de vista teórico atores humanos codifiquem as coisas por meio de significações, de um ponto de vista metodológico são as coisas em movimento que elucidam seu contexto humano e social” (APPADURAI, 2008, p.17). Em consonância com isso, o Kula serve ainda para pensar nos desvios de rota que acontecem na circulação dos objetos e nas metamorfoses pelas quais eles passam. São eles, oportunidade para demonstrar como mudam os valores utilizados nas classificações das coisas.

Essas são algumas das extensões produtivas dos usos da etnografia que marcam abordagens contemporâneas da antropologia. Evidentemente, outras possibilidades

poderiam ser aventadas sobre esse rendimento, como o fez Mariza Peirano (2018) ao mencionar a atenção de Malinowski à força das palavras e os desdobramentos dessa contribuição nos estudos sobre linguagem. Entretanto, gostaríamos de recuperar o segundo eixo que propomos, como um articulador das discussões, na chamada deste Dossiê: a percepção das relações entre etnografia e poder. Nesse sentido, não podemos deixar de mencionar as abordagens críticas daqueles que colocam em pauta o debate sobre o presente etnográfico, a autoridade etnográfica e a autoria antropológica, como Stocking Junior (1992), James Clifford (2011) ou ainda Johannes Fabian (2013).

Mas nos parece fundamental, antes do que retomar esses elementos por nós conhecidos, compreender tal debate no momento atual. O cenário de feitura do Dossiê nos parece falar da necessidade de re-visitare certas perspectivas considerando este “agora”. Sua proposta surgiu em um momento bastante particular – da pandemia de Covid-19. Por conta dos imponderáveis da vida real, a chamada para submissões de artigos, sobre um processo de pesquisa e produção de conhecimento que toma justamente o contato e a interação social como seu momento e princípio fundamental, ocorrera em meio a um amplo e planetário movimento de isolamento social. Em meio às recomendações por distanciamento social iniciamos a organização de um dossiê a respeito de uma perspectiva teórico-metodológica que se colocou como uma alternativa a modelos de pesquisa que se realizavam à distância dos contextos pesquisados. Assim, é inevitável que muitas contribuições (ver os artigos de Toledo e Costa, Pereira, Magnani, e a resenha do Coletivo CASCA - por exemplo) discutam, ainda que brevemente em alguns casos, os desafios de

se realizar uma etnografia em um contexto de pandemia e quarentena.

Se seguirmos com Malinowski – na esteira das proposições de Mariza Peirano (2014, 2018) – e compreendermos a etnografia como não sendo apenas um método, “mas a própria teoria em ação” (2018, p. 16), parece-nos importante analisar como, não somente as técnicas de pesquisa são repensadas nesse contexto, mas também a teoria antropológica é desafiada. Considerando ainda que a pandemia evidenciou dimensões estruturais que organizam nossas vidas – no Brasil, a título de exemplo, a desigualdade social, as violações contra povos tradicionais, o racismo e a violência contra a mulher¹ – cabe imaginar nossas possibilidades de mobilizar a antropologia nesse contexto, compreendendo questões relacionadas à ciência e à diversidade neste cenário. Isso porque a pandemia também trouxe para o centro das discussões a própria Ciência, em meio a disputas que remetem a diferentes regimes de veridicção, já presentes nos debates antropológicos acerca das *fake news* (GRAAN *et al.*, 2020; VILLELA, 2020).

A Ciência como verdade última, objeto de defesa ou de contestação nesse debate, coloca a antropologia diante de – para dizer o mínimo –, uma sensação de deslocamento, de desconforto. Os termos em que as discussões são postas, parecem passar longe das problematizações que, com mais ou menos intensidade, permearam a história da disciplina. A subárea da Antropologia da Ciência, nos dias de hoje, admite a prática científica como produto social (ou resultado de associações, como prefere Latour, 2012) que remete a

um modo específico de se produzir conhecimentos – e verdade(s).

Isso, entretanto, deriva de um movimento de simetria, em que o modo de produção de conhecimento ocidental também se tornou objeto de atenção dos antropólogos, antes interessados em reflexões, teorias, epistemologias, ontologias, pensamentos, racionalidades, mentalidades nativas (quando os nativos eram os outros distantes). A questão é que sempre lidamos com epistemologias-outras, práticas de produção de conhecimento-outras, racionalidades-outras, mentalidades-outras e, em última análise, ciências-outras, sem que se colocasse esses modos de pensamento em hierarquias de veracidade – ao menos desde a contestação das teorias evolucionistas.

De forma paradoxal, justamente essas reflexões garantiram à Antropologia um lugar autônomo na prática científica ocidental. Trata-se, decerto, de uma concepção singular de ciência, que reivindica seu lugar em meio às outras disciplinas sem, contudo, pretender-se – como a maioria delas – produtora de verdades últimas. Essa especificidade da ciência antropológica, definida com precisão por Lévi-Strauss como a “ciência social do observado” (2003, p. 404), remonta à própria proposta de Malinowski para o caráter científico da antropologia moderna.

2. Os Argonautas

Muito já se discutiu, e ainda vem se debatendo, sobre o papel de *Argonautas* na fundação da antropologia moderna. Seu papel como mito fundador vem sendo tanto reafirmado quanto contestado, ao longo dos

1. Sobre as desigualdades e a pandemia no contexto brasileiro, ver, por exemplo, ALMEIDA *et al.* (2020), além do *Boletim Cientistas Sociais e Coronavírus* publicado semanalmente pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) ver GROSSI; TONIOL, 2020.

anos. De fato, não foi Malinowski o primeiro a fazer trabalho de campo em antropologia ou a ter a convivência com os nativos como principal base para seus textos. Mas, certamente foi ele o primeiro a sistematizar os procedimentos de trabalho de campo e a defendê-los como um método científico, com todo rigor que deveria lhe caber e com toda a persuasão que a proposta precisava ter para se estabelecer. Isso já aparece na introdução do *Argonautas*, a primeira monografia do autor sobre os períodos que passou nas Ilhas Trobriand, a qual, por exemplo, difere, significativamente, da postura de Franz Boas, que realizou trabalho de campo antes de Malinowski e foi um dos principais responsáveis pela redefinição do conceito de cultura sem, contudo, se preocupar com sistematizações ou conceituações².

Em *Argonautas*, Malinowski funda, ao sistematizar e defender, não somente um método, mas também uma teoria: o funcionalismo. Não menos importante, acompanhando ambos, aparece também um novo estilo de escrita. Na escrita etnográfica, o autor aparece no texto, o ambiente e as interações são apresentados com pormenores, e as coisas são apresentadas de modo que o leitor se sente imerso no cenário. Esse estilo é muito apropriado para a tarefa proposta por Malinowski: a de tornar explícitos os modos como o antropólogo acessou a informação que está compartilhando com os leitores.

A essa explicitação, Malinowski dá o nome de “sinceridade metodológica” (2018, p. 87), em que cabe ao autor diferenciar o que, de seus escritos, é resultado de observação direta, o que vem de declarações dos nativos, o que deriva da interpretação dos na-

tivos e o que, finalmente, constitui inferências do próprio autor. Para Malinowski, “um trabalho etnográfico só terá *valor científico* irrefutável se nos permitir distinguir claramente” (p. 57, grifo nosso) de onde vêm os fatos apresentados pelo leitor. Passado um século, essas distinções, que para Malinowski são condições para o fazer científico, ainda são, paradoxalmente, tão raras quanto recolocadas em outros desdobramentos. Mas, de algum modo, as condições em que as informações apresentadas foram acessadas ou, em outros termos, as condições nas quais o trabalho de campo se deu, costumam ser parte integrante de um trabalho antropológico.

Obviamente, nem todo trabalho de campo segue todas as recomendações expressas em *Argonautas*. A prescrição, ali, que se cristalizou em um arquétipo malinowskiano de trabalho de campo (STOCKING JUNIOR, 1992), é que a pesquisa de campo deve ser de longa duração, em que a antropóloga reside na comunidade estudada por pelo menos um ano e aprenda a falar o mais fluentemente possível o idioma nativo. Deve-se eliminar intermediários, inclusive tradutores, para conviver diretamente com os nativos e, na medida do possível, participar ativamente das mesmas atividades das quais eles participam. A partir dessa observação participante, o antropólogo passa a viver coisas que só são possíveis por meio dessa inserção e toma contato com informações que não seriam acessadas de outras maneiras. A convivência direta e participativa com os nativos, devidamente registrada em diário de campo, coloca o antropólogo em contato com o cotidiano, com o que há de mais trivial e co-

2. Sobre o pioneirismo de Franz Boas, ver Moura (2004); sobre a controvérsia acerca do conceito de cultura, ver Kuper (2002); sobre a persuasão de Malinowski, ver Strathern (2013).

mum e, sobretudo, com os imponderáveis da vida social. Nessa “antropologia ao ar livre”, não há lugar para perguntas generalistas ou abstratas, pois elas exigiriam dos nativos formulações de resposta cujo objetivo seria exclusivamente responder a um problema do antropólogo. Diferentemente, permite que o antropólogo passe a formular perguntas sobre situações mais concretas, que façam mais sentido para os nativos e, principalmente, que digam respeito a problemas concernentes às suas vidas.

Com isso, o procedimento malinowskiano chega ao foco de seu interesse, o que o autor declara ser o objetivo final de sua pesquisa: “apreender o ponto de vista dos nativos, seu relacionamento com a vida, sua visão de seu mundo” (MALINOWSKI, 2018, p. 82, grifos no original). Sua crítica ao método de seus precursores evolucionistas era acompanhada por uma crítica ao modo como hierarquizavam os diferentes modos de existência e, particularmente, de pensamento humano. Se Frazer (1982) colocava o pensamento científico como mais evoluído, os pensamentos mágicos e religiosos que o precederam assumiam, por conseguinte, um caráter de atraso. Trata-se da mesma ideia de atraso que carrega a palavra “selvagem” que, segundo Morgan (2005), antecede os bárbaros e os civilizados nas fases da evolução humana. Malinowski (2018), diferentemente, destaca a complexidade social e a grande habilidade dos nativos em tarefas centrais para suas existências, além da sofisticação de seu código de comportamento e boas maneiras, “tão rigoroso que, em comparação, a vida nas cortes de Versalhes e do Escorial parece bastante informal” (p. 67). A comparação de fragmentos da vida social de diversos grupos humanos e sua subsequente disposição em linha evolutiva negligenciava, para o autor dos *Argonautas*,

os modos particulares e complexos de como esses elementos se relacionavam em cada sociedade de forma funcional.

Contra a comparação de fragmentos, Malinowski defende o estudo em profundidade de uma sociedade ou, em outros termos, a elaboração de monografias holistas. Para ele, o que à primeira vista pode ser entendido como caótico e desprovido de ordem, ganha lógica na medida em que o antropólogo compreende o modo nativo de ordenar as coisas; e essa compreensão só vem com uma convivência prolongada e mediante os procedimentos metodológicos que defende. Para Malinowski, as teorias evolucionistas estavam mal fundamentadas porque sustentadas em métodos equivocados, que não alcançavam o que deveria ser, enfim, o objeto da pesquisa antropológica: o ponto de vista dos nativos. Para ele, o método que propunha seria o meio pelo qual fosse possível acessar o real, ter uma visão científica e objetiva da realidade. Entretanto, a realidade que o autor objetivava não estava, de modo algum, desvinculada das percepções, enunciações e práticas nativas – ela se apresenta exatamente mediante esses comportamentos, falas e compreensões.

A noção de ciência proposta por Malinowski está ligada, nesse sentido, não apenas à ideia de uma realidade última que é acessada mediante procedimentos metodológicos bem construídos e definidos (algo que sugere copiarmos das ciências exatas), mas também no entendimento de que a faculdade de refletir, interpretar e de relatar é compartilhada por antropólogos e aqueles que são objetos de seus estudos. Os fatos concretos que se busca apresentar estão, então, indissociados dos pontos de vista que os apresentam, de modo que são os próprios pontos de vista, ou a mentalidade nativa, o objeto por excelência dessa antropo-

logia proposta por Malinowski. Disso decorre que, se fosse necessário definir a antropologia proposta por Malinowski, ela seria a ciência dedicada ao estudo de pontos de vista e que lança mão de métodos apropriados para alcançar seu objeto.

Obviamente, esse breve esboço não esgota as propostas contidas em *Argonautas* e nem se pretende consensual. Ele, sequer toca nos problemas e limitações do livro. Como um clássico da disciplina que assumiu o controverso caráter de mito fundador, *Argonautas* já foi objeto de reflexões de grandes nomes da antropologia. No entanto, o debate está longe de se esgotar; novas contextualizações (para dialogar com a leitura de Strathern, 2013) dão ensejo a outras críticas, inspirações e invenções de tradições. Este dossiê reúne algumas delas.

3. O dossiê

Na chamada pública para este Dossiê, sugerimos que os autores dialogassem conosco sobre, ou a partir de análises que tratam criticamente do uso da etnografia nas pesquisas contemporâneas. Entre possíveis temas de interlocução, pensamos na discussão sobre as formas de coexistência e produção de conhecimento em contextos de polarização política e aumento da desigualdade social; nas questões éticas que envolvem pesquisas etnográficas; na realização de etnografias com recortes ainda pouco estudados pela antropologia que, por isso, interpelam discussões teórico-metodológicas e/ou repensam os sentidos dados à etnografia; e na discussão sobre inovação e papel da pesquisa em antropologia hoje.

O Dossiê está constituído por: um documento, escrito pelo professor José Guilherme Magnani, retomando um texto seu publicado no conhecido livro *A Aventura*

Antropológica organizado pela antropóloga Ruth Cardoso; seis artigos que respondem à proposta lançada pela chamada pública da REPOCS, a partir de abordagens bastante distintas entre si (alguns deles são etnografias, outros discutem o fazer etnográfico; alguns dialogam com pesquisas de etnologia indígena, outros com antropologia urbana); uma entrevista com Itamar Vieira Júnior, autor do celebrado *Torto Arado*, sobre a relação entre etnografia e literatura; duas resenhas de livros publicados recentemente: um deles uma etnografia, e o outro, um compêndio de análises de jovens pesquisadores sobre pesquisa antropológica no contexto da pandemia. Apesar de mencionados em alguns momentos desse texto de apresentação, nos parece importante sintetizar alguns aspectos dessas contribuições.

O primeiro texto do Dossiê é um documento. Nele, como dissemos, há pouco, José Guilherme Magnani revisita um texto de sua autoria, *Discurso e representação ou De como os baloma de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas*. O texto compõe, originalmente, uma coletânea muito importante para as ciências sociais e, particularmente, para a antropologia brasileira – *A aventura antropológica: teoria e pesquisa* – organizada por Ruth Cardoso. Publicado em 1986, o livro traz textos de diferentes autores brasileiros, discutindo aspectos importantes do trabalho de campo e da pesquisa antropológica, de uma maneira geral. Assim, além da temática do discurso e da representação, abordada por Magnani, os demais capítulos discorrem a respeito de questões sobre a pesquisa com populações urbanas, com as classes populares ou ainda sobre a identidade social e uso da história de vida e história oral, entre outros aspectos teórico-metodológicos.

Para este Dossiê, Magnani retoma a problemática do conceito de representação, que era uma das discussões da época em que o texto foi escrito, na qual se debatia se cabia, por um lado, a pesquisa publicar a transcrição da fala dos entrevistados, tal como coletada em campo, ou se, por outro lado, dever-se-ia adotar uma perspectiva mais analítica e estruturalista de identificar os significados desse discurso. Magnani recorreu então a Malinowski ([1925] 1974) a fim de colocar em questão essa dicotomia. Assim, a partir de um texto importante, mas não tão célebre quanto *Argonautas do Pacífico Ocidental*, ele parte das observações de Malinowski a respeito da multiplicidade de opiniões e posicionamentos, muitas vezes controversos, das pessoas em relação a determinadas questões sobre a importância de se atentar para o que essas mesmas pessoas dizem e fazem.

No texto original, Magnani conclui estabelecendo uma correlação entre as observações de Malinowski sobre as crenças dos kiriwineses nos espíritos dos mortos, para discutir questões próprias do universo das classes populares nas periferias urbanas – tema importante da pesquisa antropológica na época, particularmente em São Paulo. Analisam-se, assim, as múltiplas representações sobre as Comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica – ator político importante nos anos 1980, no Brasil. Por um lado, afirma Magnani, haveria as opiniões mais gerais que produziam uma representação de consenso e comunidade; por outro lado, uma análise mais de perto revelaria, a partir da observação de seu funcionamento, diferenças e conflitos diversos.

Ao revisitar o capítulo original, Magnani atualiza-o, agora também em diálogo com Bruno Latour (1997) e sua noção de controvérsia, para repensar o fenômeno da própria

pandemia de Covid-19, na qual diferentes discursos e posicionamentos políticos confrontaram-se em torno de quais seriam as medidas preventivas ideais, e até mesmo se essas seriam necessárias, mobilizando-se, assim, como Malinowski já discutia entre os kiriwineses, aspectos da representação que se situam na multiplicidade de opiniões gerais e individuais, mas também nas instituições e nas condutas das pessoas.

Na continuidade, o Dossiê apresenta um conjunto de seis artigos. Para pensar este conjunto de textos, talvez caiba manter em mente a ideia do rendimento analítico da controvérsia, tal como mencionada por Magnani. Isso porque, ainda que respondendo à mesma chamada, as autoras e autores manejaram o tema de discussão proposto a partir de seus pontos de vista e das perspectivas provenientes, em diversos casos, dos seus próprios trabalhos de campo e experiências profissionais. Como já sabemos, existem maneiras muito distintas de pensar a etnografia e também de fazê-la – uma vez que ela não pode ser reduzida a uma receita ou manual – e formas bastante diversas de recuperar a figura do homenageado.

3.1 Mal-entendidos e equívocos

A questão dos mal-entendidos ou equívocos que ocorrem nas relações estabelecidas no trabalho de campo são as contribuições de Luiz Henrique de Toledo e Carlos Eduardo Costa, para uma reflexão sobre a etnografia. Os autores, no primeiro artigo do Dossiê, que também faz referência aos 100 anos de *Argonautas do Pacífico Ocidental*, intitulado *A persistência do método ou cem anos de mal-entendidos?*, percorrem apontamentos que vão de questões mais próprias da antropologia urbana à etnologia indígena, trazendo, inclusive, rela-

tos de uma pesquisa etnográfica realizada na aldeia Tanguro, do povo Kalapalo do Alto Xingu. Em ambos os enfoques, os autores mencionam os diferentes incidentes e mal-entendidos que marcaram suas próprias experiências de pesquisadores, acionando o que denominaram como “memória outra”. Assim, a memória de situações pessoais ou da própria experiência de campo é tomada como parte da reflexão do artigo, da mesma forma como pôde compor o próprio relato etnográfico.

Dialogando com a discussão de Viveiros de Castro (2018) sobre equivocação controlada como uma categoria do trabalho antropológico, os mal-entendidos são destacados nesse artigo como elemento importante para o estabelecimento da relação etnográfica. Nas palavras dos autores, “*mal-entendidos* ou *equivocos* não são erros no sentido literal, mas potencialmente as implicações que se estabelecem nas relações em campo entre pesquisadores com os interlocutores num diálogo que se mantém na diferença” (p.269). Eles são percebidos, também à luz da discussão de Wagner (2010), como momentos que não apenas revelam questões relativas ao fluxo de comunicação, mas nos falam sobre uma incomensurabilidade mútua que remete a diferentes noções de senso comum, que se encontram nas situações de trabalho de campo. Pequenos erros, enganos ou gafes – como carregar consigo um conjunto de rezas que para o grupo é propriedade dos feiticeiros, e para o antropólogo é instrumento para auxiliar a comunicação –, podem, portanto, chamar atenção para convenções não compartilhadas que indicam uma chave para pensar a diferença.

A noção de equivocação como uma aposta de rendimento analítico para pensar a etnografia nos conduz ao próximo texto do dossiê. Clarice Cohn, em *Construindo a*

antropóloga e a pesquisa: reflexões a partir de 30 anos de etnografia com os Xikrin do Bacajá, nos deixa conhecer sua própria trajetória como etnógrafa junto a este povo xinguano. O exercício, entretanto, não é autolaudatório, pois é escrito dando atenção à participação das e dos seus interlocutores na constituição dela mesma (como pessoa e como profissional), e na antropologia por ela realizada. O texto objetiva, portanto, mostrar que tanto a autora quanto suas perguntas de pesquisa são devedoras das relações estabelecidas durante o trabalho de campo.

Para evidenciar a etnografia como relação e constituição, Cohn narra sua trajetória a partir do seu primeiro contato com os Xikrin de Bacajá, ainda estudante de antropologia. Naquele cenário, Lux Vidal, então sua orientadora, lhe forneceu um lugar de parentesco a partir do qual foi ela percebida nas interações. Nos contatos seguintes, assumida pela família de Onça, um dos chefes, e introduzida no grupo de mulheres, tornaram-se mais evidentes os investimentos na fabricação de seu corpo, pelo compartilhar dos alimentos, especialmente da carne de caça, pelo adorno e pela participação nas atividades do grupo.

Ao perceber que o aprendizado, para os Xikrin, derivava do interesse do aprendiz, a autora afirma ter se sentido habilitada a investir em suas perguntas e na convivência (curiosa) em campo, parte de um processo longo pelo qual se adquirem os conhecimentos. Todo aprendizado, entretanto, não livra a relação com os interlocutores dos mal-entendidos e dos equívocos. Cada campo, nesse sentido, apresenta os seus imponderáveis, e a chegada de Belo Monte, no contexto estudado por Cohn, implicou em uma mudança expressiva na vida dos Xikrin, como também uma alteração da in-

teração da pesquisadora com os indígenas. Ambos sentiram os limites da antropologia nos processos de licenciamento nesse modo não indígena de fazer política.

3.2 Pandemia, pesquisa on e offline

No artigo seguinte, tomando como ponto de partida as dificuldades que a pandemia e as medidas de distanciamento social trouxeram para a pesquisa de campo etnográfica, Alexandre Barbosa Pereira indaga sobre quais seriam os marcos iniciais e finais de uma etnografia: questão que não é nova para a antropologia, mas que se atualiza a partir da necessidade de muitas pesquisas reconfigurarem-se a partir dos obstáculos impostos por esse contexto atípico. Essa reflexão é feita, principalmente, a partir de um conjunto de pesquisas do campo da antropologia urbana, em especial sobre práticas culturais juvenis, realizadas pelo autor e seus orientandos.

Em meio às dificuldades impostas pela pandemia, muito se procurou por um manual que ensinasse o que fazer em momento tão adverso. No entanto, o texto defende que os manuais teriam muito pouco a ensinar sobre o fazer antropológico, defendendo, assim, a ideia de um antimanual. Ou seja, caberia mais alertar para os problemas de uma etnografia do que efetivamente estabelecer regras rígidas sobre como ela deveria ser. Para isso, retoma as questões colocadas por uma série de trabalhos etnográficos.

Ao indagar sobre quando começa uma etnografia, o autor explora as muitas possibilidades de aproximação e distanciamento, no tempo e no espaço, que constituem essa forma de produção de conhecimento. Afirma, inclusive, que a etnografia não começa quando encerramos a pesquisa de campo, conforme a repercussão de algumas pesqui-

sas apresentadas no artigo. Da mesma forma, explora-se que também não há um limite muito claro para o início da pesquisa. Indaga-se, assim, que uma etnografia não começa quando o pesquisador adentra formalmente em uma instituição de pesquisa, mas muitas vezes em processos biográficos do/a etnógrafo/a. Para isso, além do diálogo com diferentes pesquisas, o autor traz a sua experiência prolongada de pesquisa com a arte urbana, em especial a “pixação” em São Paulo, destacando a sua experiência prolongada e com intensidades diferentes, ao longo dos anos. O texto conclui que quem pretende realizar uma etnografia, dado o seu caráter criativo, inovador e artesanal, deveria, ao mesmo tempo, desprezar um apego rígido a perspectivas teórico-metodológicas e cultivar um profundo rigor intelectual.

Na sequência, o Dossiê traz um artigo que apresenta uma pesquisa etnográfica sobre um fenômeno cultural mais particular. Escrito por Jesus Marmanillo Pereira, o manuscrito aborda o *graffiti* em Imperatriz, no Maranhão e menciona aspectos destacados no artigo anterior, como a experiência da juventude no contexto urbano, as interações e as possibilidades de pesquisa nas redes sociais. Nele, o autor traça os contatos que teve com a arte urbana na referida cidade, desde os momentos iniciais da investigação. A partir disso, pautando-se, entre outras referências, pelas recomendações de Michel Agier (2011) sobre como acompanhar os interlocutores, o artigo apresenta o contato com um interlocutor privilegiado, a partir do qual segue as imagens do *graffiti* nos muros e nas telas dos computadores e redes sociais. Assim, explorando a mediação da arte urbana pela máquina fotográfica e por sua inserção nos fluxos das redes de computadores, o autor traz as ima-

gens-graffiti como seu objeto privilegiado de pesquisa. Apresenta-se, então, a importância de a pesquisa etnográfica contemporânea articular-se entre a pesquisa *online* e *offline*, incorporando novos espaços a serem explorados, como o *Instagram*, o *Google Street View* e o *YouTube*.

O texto, ao mostrar o fazer etnográfico a partir das pesquisas na internet e depois no campo empírico em Imperatriz, nos deixa “analisar os aspectos processuais e os condicionantes que possibilitaram a manutenção do contato” (p.329) no trabalho de campo. Explora a aproximação *online*, a troca de comentários em redes sociais, o mapeamento das obras a partir do deslocamento pela cidade e a relação presencial – a interação direta com o interlocutor. Descortina-se então, um artista e seu corpo, mas também uma percepção de cidade, marcada por conflitos e pelas possibilidades de intervenção artística.

3.3 Limites, extensões e reanálises

O Estado como objeto da etnografia ou questão para a antropologia é o tema do artigo de Camilo Durán e Julio López. Dividido em quatro partes, o artigo inicia com uma discussão de Theodor Adorno (2009) sobre como sujeito e objeto constituem-se mutuamente, e, eventualmente, separando-se. Os autores abordam a relação entre pesquisador e pesquisado na etnografia ou mesmo da própria constituição da realidade social observada. Com isso, trazem elementos para uma reflexão sobre a problemática de se estudar o Estado. Afinal, constata o manuscrito que quem participa da etnografia, na posição de quem pesquisa ou de quem é pesquisado, não apenas interage constantemente com o Estado, como muitas vezes também faz parte dele. Para os auto-

res do artigo, no entanto, essa particularidade deve também levar ao reconhecimento de que o Estado existe e continua a funcionar para além da pesquisa etnográfica.

O artigo então prossegue, em sua segunda parte, retomando importantes trabalhos que abordaram o Estado sob diferentes perspectivas. Inicia com Pierre Clastres (2013), em pesquisa com as sociedades guarani e yanomami no Paraguai e Venezuela, cuja principal contribuição é apresentar a compreensão de que tais sociedades não poderiam ser enquadradas apenas como sociedades sem Estado na comparação com as sociedades com Estado. Na verdade, Clastres descreve como sociedades que funcionam para evitar o exercício do poder estatal, as sociedades contra o Estado. Em seguida, chega-se à reflexão de Michel-Rolph Trouillot (2001), sobre os efeitos do Estado. Para este autor, o Estado mais do que objeto de observação seria um objeto de estudo, cuja apreensão dar-se-ia pela análise das múltiplas localizações de seus efeitos, como prática, processo e ideologia, constantemente a produzir identidades e cidadanias. Por fim, o texto traz a abordagem de Michael Taussig (1997) que trata da magia do Estado e sua condição de fetiche na América do Sul, em suas múltiplas representações como terror, religiosidade ou símbolos pátrios.

A terceira parte do artigo discute a dimensão ritual e performativa dos processos eleitorais na América Latina. Assim, abre-se uma nova perspectiva para se pensar a etnografia do Estado como uma aproximação a práticas, exercícios de poder e formas de participação política. Conclui-se, assim, que a etnografia do Estado pode voltar-se para como os atores políticos, em meio aos processos eleitorais, produzem significados diversificados e engendram rituais.

Em sua quarta e última parte, o artigo trata das margens e fricções do Estado. As margens, segundo Veena Das e Deborah Poole (2008), seriam os espaços em que o Estado aparece de forma limite ou a partir de fricções, como abordam os autores, dado o precário processo de inclusão das pessoas que se situam às margens. Esse é um espaço, portanto, marcado pela violação das regras estatais engendrada pelo próprio Estado. Nas margens, o Estado localizar-se-ia entre os corpos, as leis e a disciplina, como bem apontam Das e Poole. Uma pesquisa sobre o Estado a partir das margens poderia ou deveria, assim, colocar em questão as diferentes formas de exercício de poder das sociedades ocidentalizadas, como finalizam os autores.

O texto seguinte, de autoria de Antonádia Borges, Stella Paterniani, Gustavo Belisário, Roberto Sobral e Caio do Amaral Mader, pensa a possibilidade de compreender *Argonautas* como um monumento (ou uma obra monumental), mas considerá-lo incompleto, no sentido dado por Nyamnjoh (2021), como recusa às totalizações e a pressuposição etnográfica automática das equivalências. Compreendendo a reanálise, nos termos de Peirano (1991) como possibilidade de homenagem, as autoras e autores procuram provocar as leituras brasileiras da obra, especialmente aquelas que limitam o livro ao seu caráter de receituário etnográfico.

Para tanto, sugerem a possibilidade de aproximar Malinowski de Cristóvão Colombo (a partir do trabalho de Sylvia Wynter, 1995) com intuito de perceber que, ao mesmo tempo em que ambos “se jogavam” em direção àquilo que lhes era desconhecido, “tomaram o mapa pelo território” na medida em que, a despeito do discurso sobre as diferenças culturais marcantes nos processos de colonização, não conseguiram se

desprender de determinada noção de homem que embasava a perspectiva de humanidade que carregavam.

O esforço dos autores vai no sentido de revisitar trechos menos recorrentes de *Argonautas*, dando atenção às passagens sobre a colonização, o comércio com os brancos, o mergulho e a busca de pérolas no início do século XX, analisado como *plantation*. Defendem, entretanto, o não aprisionamento das experiências em Trobriand na chave da precariedade. Ao mesmo tempo, nos apresentam outra perspectiva humanística diversa daquela da antropologia moderna, a fim de fazer uma “defesa da etnografia para além de índices de diferença e para além de apreensões totalizantes que expurgam a brincadeira da realidade” (p.378). A brincadeira como uma forma de pensar a etnografia (em que nenhuma das duas se confunde com a realidade) é uma maneira de não trair o caráter de antimanual da monografia de Malinowski, lembrar que as formas de dominação não são absolutas, e indicar a “cumplicidade entre uma antropologia amadora (ou indisciplinada) e o mundo quilombista das rotas de fuga ou do subterrâneo” (p.384).

Segundo os autores, nos cabe, como etnógrafos, pensar no futuro que queremos à antropologia de Malinowski, mas também à nossa. Quiçá este convite seja um mote interessante para nos deslocar para o próximo documento do dossiê, uma entrevista sobre imaginação e etnografia, com Itamar Vieira Júnior, autor do romance ganhador do prêmio Jabuti em 2020 na categoria romance literário, *Torto Arado*. Realizada pelos antropólogos Júlia Vilaça Goyatá e Igor Rolemberg Gois Machado, a entrevista explora a antropologia como modalidade de conhecimento, suas relações com a literatura e as estratégias narrativas utilizadas pelo au-

tor para compor sua obra. Um dos pontos de interesse dos entrevistadores é como restituir a experiência ao texto, de forma a manter a vida e a densidade dos/das interlocutores/as – ainda mais nas atuais “situações de incerteza para a condução da vida” quando “é urgente pensar nos meios de expressão adotados para diferentes públicos” (p.403).

Itamar Vieira Júnior ainda é convidado a explorar elementos de sua trajetória como geógrafo e como doutor em Estudos Étnicos e Africanos (pela Universidade Federal da Bahia), e nesse percurso, os encontros com etnografias como a de Malinowski. As leituras dessas obras antropológicas, somadas aos deslocamentos como servidor do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) e à pesquisa de campo prolongada na comunidade quilombola Iuna, na Bahia, foram inspirações fundamentais à história sobre as duas irmãs - e sobre os encantados do Jaré - que fundamentam *Torto Arado*. Uma obra de um *etnógrafo da imaginação*, interessado em mobilizar outras perspectivas e histórias de vida em seus escritos.

3.4 Resenhas

Duas resenhas são ainda parte do Dossiê - ambas retomam temas que apareceram em outros momentos neste número da REPOCS. A primeira delas, de autoria de Cayo Cezar de Farias Cruz, apresenta o livro *Encantoria: uma etnografia sobre pessoas e encantados*, escrito por Martina Ahlert e publicado em 2021 pelas editoras Kotter e EDUFMA. A obra é fruto do trabalho de campo da antropóloga com mestres e encantados do terecô - uma religião afro-brasileira -, na cidade de Codó, na região leste do Maranhão. Se antes escrevíamos sobre a possibilidade de etnografar a vida social dos espíritos, a presença de seres intangíveis que

interagem e participam da vida das pessoas, em *Encantoria*, as entidades constituem ainda corpos e casas. Como nos indica o resenhista, a autora nos mostra como as relações com os encantados são cultivadas e cuidadas em diferentes momentos da vida de um terecozeiro ou brincante, desde suas primeiras manifestações até os processos de afastamento que acontecem no envelhecimento ou na morte; ou ainda, desde as primeiras tendas religiosas feitas de barro e palha até as construções de alvenaria cuidadosamente decoradas para as festas.

O livro trata especialmente da interação entre a religião e o cotidiano das mulheres e homens que foram interlocutores da pesquisa. Neste sentido, além dos momentos rituais nos quais as entidades se fazem presentes nas *giras* ou *noites de tambor*, momentos ordinários são marcados por suas manifestações ou pela existência de índices que indicam suas presenças como relevantes às famílias - como as louças especiais guardadas no armário das cozinhas ou as fotos colocadas nas paredes das salas das casas. A etnografia, desta forma, se constituiu acompanhando o dia-a-dia das pessoas e suas experiências com os encantados.

A segunda resenha foi escrita em um esforço conjunto das e dos integrantes do CASCA - Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva, da Universidade de Brasília. O livro escolhido também trata de um tema por nós já debatido neste texto de apresentação - os impactos da pandemia de Covid-19 nas práticas etnográficas. Trata-se da obra *Etnografando na pandemia*, organizada por Paride Bollettin, Guillermo Vega Sanabria e Fátima Tavares, que traz o relato analítico de 14 estudantes dos cursos de mestrado e doutorado da Universidade Federal da Bahia sobre as transformações ocasionadas

em suas pesquisas em virtude da crise sanitária que abalou o mundo.

Os capítulos buscam pensar como fazer antropologia em um contexto no qual o isolamento social era recomendado, e onde a vida de inúmeras pessoas sofreu com a perda de familiares e amigos. A partir de pesquisas realizadas com grupos indígenas e quilombolas, jovens no contexto urbano, questões de saúde etc. os autores e autoras buscaram discutir estratégias de pesquisa e alterações necessárias para continuar com suas investigações de campo. Como nos lembram as resenhistas, trata-se também de uma discussão sobre uma questão teórico-metodológica da área, trazendo reflexões sobre o caráter sempre experimental da antropologia interessada na interação.

Segundo as/os resenhistas, o livro é “um convite à flexibilidade e à imaginação coletiva no e sobre o mundo pandêmico. Trata-se de apontar transformações e permanências, inclusive da própria disciplina que operou como ponto de encontro e depois mola propulsora da publicação” (p.432). É nesse sentido que podemos conhecer as opções empregadas pelas estudantes da UFBA (e por seus orientadores/as) para ampliar formas de contato com suas e seus interlocutores por meio de redes sociais, plataformas digitais e outras maneiras de interação *online*; ou ainda, conhecemos transformações nas pesquisas que se dedicaram à etnografia de documentos e de artefatos ou arquivos, além de revisões bibliográficas.

Considerações finais: por ocasião de um centenário, uma conversa sobre o futuro

Cem anos se passaram desde o lançamento de *Argonautas do Pacífico Ocidental*: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. Se 100 anos é pouco ou muito tempo, depende de uma série de fatores, e quantificar transformações do passar desses anos é tarefa que foge ao alcance deste texto e deste Dossiê. Fato é que, na nossa formação discente, nas nossas práticas docentes e de pesquisa, em algum momento cruzamos com os escritos de Malinowski, e somos chamados a compreender a complexidade das transações e trocas, os encantamentos e a construção de canoas, os procedimentos e referências que informaram a antropologia moderna.

Outras dimensões de tempo são possíveis de serem pensadas a partir desse nosso encontro com a obra. Por um lado, não os 100 anos, mas os períodos que Malinowski esteve em trabalho de campo na Melanésia³. Parte fundamental da etnografia que passa a habitar lugar central na nossa definição profissional – e como sabemos, no caso do autor, fruto de escolhas, acasos e constrangimentos ao deslocamento – é a ideia da necessidade de investimento de tempo na compreensão de modos de vida distintos. Constata-se aí que compreender o “ponto de vista dos nativos”, para retomar a referência à célebre formulação do nosso homenageado, não era possível de ser feito em pouco

3. Em Mailu, entre setembro de 1914 e março de 1915; em Trobriand entre junho de 1915 e maio de 1916, e entre outubro de 1917 e outubro de 1918.

tempo. Não bastava a curiosidade diante da “diferença”, era preciso tempo para entender, ainda que com limitações, outras formas de estar no mundo.

Em sua entrevista para este Dossiê, Itamar Vieira Júnior, ao comentar sobre a experiência profissional que o levou a conhecer diferentes comunidades tradicionais, menciona que a situação da pesquisa de campo de sua tese lhe forneceu a oportunidade de se deter⁴, de maneira mais aprofundada, em um coletivo por ele já conhecido. O tempo foi, portanto, fator importante no adensamento das informações sobre Iuna. Despende tempo em algo para conhecê-lo (como um coletivo ou um contexto) parece contrapor certas teses corriqueiras sobre o ritmo acelerado dos tempos que vivemos, ou mesmo o afã da produtividade acadêmica. A própria ideia de “gastar” tempo ou ganhar tempo foram problematizadas como característica de certa lógica ocidental (WAGNER, 2010).

Outra acepção de tempo, que surge abordando a monografia de Malinowski e os debates sobre antropologia, é aquela da passagem dos dias em campo. Já com o autor sabemos que a presença de um pesquisador em campo produz deslocamentos e desconfortos, para além da mobilidade espacial. Muitas vezes, no início dessa relação, nossa interação é marcada de maneira mais evidente por certa formalidade, e mesmo por um caráter de extraordinariedade. Nesses momentos, seguindo as indicações de Wagner (2010), o “choque cultural” tem potencial de nos apresentar dimensões importantes da experiência de pesquisa em antropologia e da forma como lidamos com pessoas e coletivos.

Mas, a partir do nosso encontro na situação de campo, as relações que vamos produzindo são alteradas em virtude do tempo que investimos na convivência, ela também sempre dinâmica. Nossa experiência deixa de ser sobre nossas constantes perguntas, muitas vezes externas e ainda distantes, e passa a ser sobre as conversas compartilhadas em torno assuntos diversos. Como nos lembra Clarice Cohn em seu artigo neste Dossiê, nossa relação com os grupos que pesquisamos pode marcar nossa vida como um todo, constituir quem somos, qual antropologia nos parece importante, e mesmo atravessar nossa biografia. Oportunamente, nos lembra a autora, esse tempo conjunto não é garantia de uma manutenção automática das relações, sempre sujeitas a reconfigurações e a riscos.

O tempo em campo e o tempo de campo não deixam de fazer sentido quando pensamos nas extensões e desdobramentos da etnografia para outros contextos e novas abordagens. Nas pesquisas com documentos e artefatos, nas autoetnografias, naquelas em ambientes *online*, com objetos e com seres intangíveis, o tempo continua uma chave válida para pensar o acesso à complexidade das experiências e o investimento em interações diversas. Uma política da atenção àquilo que nos rodeia implica em tempo compartilhado, sensível à coetaneidade e às implicações da construção de relações.

Nosso encontro, que é parte da etnografia (seja com humanos ou não humanos; seja constituinte ou não de um deslocamento geográfico), exige dispêndio de tempo. Muitas vezes, ele foi descrito sob a fórmula *nós x eles* (LATOURE, 2013), carregando, portan-

4. Citando o autor: “Porque ali, o meu trabalho burocrático, o meu trabalho como servidor, se aprofundou de uma maneira mais intensa, depois de anos de experiência. Olhando de uma maneira mais acurada aquela realidade, eu pude me deter ali” (p. 406).

to, a ideia de diferença como central. De fato, na virada do século XIX para o século XX, período de instituição da antropologia moderna, a compreensão da diversidade – e concomitantemente, da unidade psíquica da humanidade –, já apresentava a etnografia como forma de entendimento da diferença. Diversos artigos do Dossiê retomam esse ponto como contribuição. A compreensão da diferença como foco da etnografia, entretanto, como sugerem Borges *et al.*, não deve passar incólume ao reconhecimento de que semelhanças e equivalências, quando pensadas como modo de operar do pesquisador, pressupõem certa concepção de humanidade baseada em parâmetros determinados. Perceber isso não significa abandonar a etnografia, mas, para os autores, reanalisá-la e imaginar seus futuros possíveis, futuros mais condizentes com o que nos parece mais interessante à antropologia hoje.

Cañedo-Rodrigues (2013) na introdução do livro *Cosmopolíticas*, propõe pensar a etnografia como uma “...prática, precária y continuamente renovada, de la coexistencia” (p. 11). Talvez possamos lançar mão de algumas ideias dos textos aqui apresentados, para pensar essa coexistência e o fazer antropológico em um sentido menos fixo e estável – como brincadeira que lembra o caráter não fechado da proposta de Malinowski; como antimanual com espaço de experimentação e, ao mesmo tempo, de rigor; como mal-entendido que, produto da convivência, traz elementos para pensá-la sob outra chave; como convite à imaginação. Afinal, apesar de todas as prescrições e proposições feitas em *Argonautas* para a consolidação de um método verdadeiramente científico, talvez seja esse caráter sempre artesanal da prática e da escrita etnográfica a característica mais afinada com, por um lado, os imponderáveis da vida real

e, por outro, com a atenção aos modos-outras de pensar.

Referências

- ADORNO, T. *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- AGIER M. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome 2011.
- AHLERT, M; RICKLI, J. Introdução ao dossiê: agências materiais e espirituais no cotidiano: experiências e narrativas de coexistência. *Campos - Revista de Antropologia*, [online], Curitiba, v. 20, n. 1, p. 9-19, nov. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/70018>>. Acesso em: 06 jun. 2022.
- ALMEIDA, A. W. B.; MARIN, R. E. A.; MELO, E. A. (Orgs.). *Pandemia e território*. São Luís: Uema Edições/PNCSA, 2020.
- APPADURAI, A. Introdução: mercadorias e políticas de valor. *In: APPADURAI, A. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2008, p. 15-88.
- BLANES, R. ESPÍRITO SANTO, D. (Orgs.). *The Social Life of Spirits*. Chicago: The University of Chicago Press, 2014.
- CAÑEDO-RODRIGUEZ, M. (Ed.). *Cosmopolíticas*. Perspectivas antropológicas. Madrid: Trotta, 2013.
- CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Tradução de Patrícia Faria. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2011.
- DAS, V.; POOLE, D. *El Estado y sus márgenes*. *Etnografías comparadas. Relaciones Internacionales*, Madrid, n. 8, p. 1-39, 2008.
- DURHAM, E. R. Apresentação. *In: MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Ubu, 2018, p. 17-35.

- FABIAN, J. **O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.
- FRAZER, J. G. **O ramo de ouro**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.
- GODOI, E. P.; MELLO, M. Entre seres intangíveis e pessoas: uma introdução. *Etnográfica*, v. 23, n. 2, p. 441-446, jun. 2019.
- GRAAN, A.; HODGES, A.; STALCUP, M. Fake News and Anthropology: A Conversation on Technology, Trust, and Publics in an Age of Mass Disinformation. *PolAR: Political and Legal Anthropology Review*, February 16, 2020.
- GROSSI, M.; TONIOL, R. (Orgs.). **Cientistas sociais e o Coronavírus**. São Paulo/Florianópolis: ANPOCS/Tribo da Ilha, 2020. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/boletim/boletim_CS/livro_corona/Ebook_Cientistas_Sociais_Coronav%C3%A9rus_baixa.pdf. Acesso em: 11 abr. 2022.
- HOLBRAAD, M. Definitive evidence, from Cuban gods. *Journal of the Royal Institute of Anthropology*, 14, p. S93-S109, 2008.
- KUPER, A. **A invenção da sociedade primitiva: transformações de um mito**. Recife: Ed. da UFPE, 2008.
- KUPER, A. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Bauru: EdUSC, 2002.
- LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo, Editora da Unesp, 1997.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 2013.
- LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: EdUFBA/EdUSC, 2012.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, [1958] 2003.
- MALINOWSKI, B. Baloma: los espíritus de los muertos en las islas Trobriand. *In: MALINOWSKI, B. Magia, Ciencia, Religión*. Barcelona, Ariel, [1925]1974, p. 57-105.
- MALINOWSKI, B. Baloma: os espíritos dos mortos nas ilhas Trobriand. *In: MALINOWSKI, B. Magia, ciência e religião*. Coimbra: Edições 70, [1916]1988, p. 157-162.
- MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. São Paulo: Ubu Editora, [1922]2018.
- MELLO, M. M. Entidades espirituais: materializações, histórias e os índices de suas presenças. *Etnográfica*, v. 20, n. 1), p. 211-225, 2016.
- MORGAN, Lewis. **A sociedade antiga – Ou investigações sobre as linhas do progresso humano desde a selvageria, através da barbárie, até a civilização**. In: CASTRO, Celso. **Evolucionismo cultural**. Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.
- MOURA, M. M. **Nascimento da antropologia cultural: a obra de Franz Boas**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- NYAMNJOH, F. B.; CECIL, J. R. “The Complete Gentleman” of Imperial Dominance. [online]. 23/02/2021. **The Jugaad Project**, 23, 2021. Disponível em: <https://www.thejugaadproject.pub/home/rhodes-the-complete-gentleman>. Acesso em: 05/06/2022.
- PEIRANO, M. Prefácio a esta edição. *In: MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Ubu, 2018, p. 11-16.
- PEIRANO, M. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.
- PEIRANO, M. As árvores Ndembu: uma reanálise. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 15, n. 1, p. 9-64, 1991.
- STOCKING JUNIOR, G. The ethnographer’s magic: fieldwork in British anthropology from Tylor to Malinowski. *In: STOCKING JUNIOR, G. The Ethnographer’s magic and other essays*. Madison:

The University of Wisconsin Press, 1992. p. 12-59.

STRATHERN, Marilyn. *Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia (seguido de comentários e resposta)*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

TAUSSIG, M. *La magia del Estado*. México: Siglo XXI-UAM-UNAM, 1997.

TROUILLOT, M. R. The Anthropology of the State in the Age of Globalization. Close Encounters of the Deceptive Kind. *Current Anthropology*, University of Chicago, v. 42, n. 1, p. 125-138, 2001.

VILLELA, J. M. Confiscações, utas anti-confiscações e antropologia modal. *In: VILLELA, J. M.; VIEIRA, S. A. Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2020, p. 277-307.

VIVEIROS DE CASTRO, E. A Antropologia perspectivista e o método da equivocação controlada. Tradução de Marcelo Giacomazzi Camargo e Rodrigo Amaro. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, Cuiabá-MT, v. 5, n. 10, p. 247-264, 2018.

WYNTER, S. 1492: A New World View. *In: HYATT, V.; NETTLEFORD, R. Race, Discourse and the Origin of the Americas*. Washington-DC: Smithsonian Institution Press, 1995, p. 5-57.